



XVI JORNADA ACADÊMICA

Educação, Memória e História: Os desafios
no processo de redemocratização do Brasil

ISSN 2965-0615

CONSIDERAÇÕES SOBRE A "ASSOCIAÇÃO LOCAL": O CASO DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Marlon Antonio Bianchini²

Roberto Kittel Pohlmann²

EIXO TEMÁTICO 06 - EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES E MOVIMENTOS SOCIAIS

O presente trabalho tem como objetivo compreender, ainda que brevemente, a participação de agricultores e agricultoras na fundação das Escolas Famílias Agrícolas durante a ditadura militar no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, tomando como referência os estudos de Caliarì (2013), Begnami (2003) e Nosella (2014). Esta experiência de educação de origem francesa que encontrou resguardo no Brasil e hoje conta com mais de 200 instituições, funciona a partir de quatro pilares: a Associação Local, a Pedagogia da Alternância, a Formação Integral e o Desenvolvimento do Meio. A Associação Local, foco central deste trabalho, é o primeiro pilar, tido como meio legal para que se possa erigir uma Escola Família Agrícola (EFA). Em termos práticos, para que a associação aconteça, é preciso uma agremiação de pessoas reunidas em prol da ideia da criação de uma EFA. Tendo os presentes acordo para a fundação, é necessário, no caso do sistema brasileiro, um Cadastro de Pessoa Jurídica, sem fins lucrativos, a quem caberá as decisões de uma mantenedora, representados por sujeitos eleitos em assembleia. Em geral é necessário um/a presidente, um/a vice, 1º e 2º secretário/a, 1º e 2º tesoureiro, além do conselho fiscal e seus suplentes. Os demais associados, longe de terem papel passivo são lutadores/as da mesma causa, são a raiz. Trata-se, em suma, de um levante civil organizado em prol da criação de uma EFA.

Esta comunhão de pessoas e instituições não é exclusividade brasileira, é um elemento comum na história da Pedagogia da Alternância. Este movimento nasceu na França, no ano de 1935 e logo se expandiu pelo mundo, primeiro na Itália e depois no continente africano. A chegada nas Américas se deu, primeiramente no Brasil, no ano de 1968, quando surgiu a primeira Escola Família Agrícola, através da necessidade de um outro modelo de educação que pudesse dialogar com a realidade dos filhos e filhas dos agricultores. Neste período, o país vivia um de seus períodos mais nefastos e duros, afinal, em 1964, militares destituíram o presidente João Goulart do cargo, sob o subterfúgio de um salvamento da pátria ante a ameaça comunista, impondo uma ditadura militar marcada pelo assassinato, pelas prisões sem justificativa, pela tortura e pela censura, por longos 21 anos.

Muito se questiona sobre como as Escolas Famílias Agrícolas se estabeleceram no território brasileiro, tendo em vista a grave situação vivida no Brasil, afinal de contas, apesar deste tema ser pouco abordado, a ditadura militar também afetou o campo. É preciso recordar que o modelo de produção capitalista, sob a tutela dos militares, impôs uma lógica exploratória dos recursos naturais, o que reflete diretamente no aumento de grandes monoculturas, produzidas com base em um pacote tecnológico, numa tríade que envolve o uso da química, da biologia e da mecânica para a produção de: agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas e

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc.

o uso de maquinários, tudo em nome da “modernização da agricultura”. Houve crédito para grandes proprietários de extensos latifúndios, que expandiram ainda mais suas áreas na produção de grandes *commodities* com fins de exportação.

A grande maioria dos agricultores familiares e camponeses precisou escolher entre o êxodo rural ou a adesão ao pacote. Ao aderir, foi forçado a financiar sua própria condição de existência, inserindo-se em sistemas integrados de produção, o que aumentou os índices de endividamento e por consequência a exploração destes trabalhadores. Os índices de êxodo rural passaram a ganhar evidência no período, quando muitos agricultores rumaram aos grandes centros urbanos. Os que permaneceram ficaram abandonados, em uma situação bastante grave, à mercê da miséria e da falta de políticas para estes grupos. O campo era raramente visitado ou visto, fadado ao esquecimento, relegado à simples espaço de produção de alimentos para as cidades, sem sujeitos pensantes e com direitos. Por outro lado, estes camponeses que mais tarde viriam a se organizar em movimentos sociais do campo, eram visitados por padres e pastores, através dos quais mantinham seus laços de fé e de luta. Algumas alas da Igreja, percebendo a situação dos camponeses, passaram a comprometer-se com a transformação social. Um exemplo palpável é o movimento católico conhecido como Teologia da Libertação. Os camponeses acreditavam nos padres como referência para a mudança social dos oprimidos. Disposto aos riscos, já no início dos anos de 1960, estes sujeitos, junto dos agricultores/as, preparam um terreno fecundo que possibilitaria a chegada da Pedagogia da Alternância no Brasil. Ainda sobre estes importantes sujeitos, vale destacar, que suas ações, além de amparadas pela espiritualidade e pela justiça social, são de caráter ecologista, afinal, o modo de produção capitalista industrial já dava sinais que o esgotamento dos recursos naturais era questão de tempo. Begnami destaca que

[...] Esta situação, agravada com a falta de educação, profissionalização, políticas agrárias e agrícolas compatíveis à agricultura familiar, leva a um esgotamento e degradação ambiental de tal forma que reduz os potenciais produtivos da agricultura e pecuária e as populações acabam abandonando a atividade, migrando para as cidades. Frente a esses problemas urge implementar ações afirmativas dos agricultores familiares. As EFAs, através de suas Associações, vão discutir e ajudar a buscar respostas. (Begnami, 2003, p.39)

Como percebemos, o contexto social, político, ambiental e econômico impõe a necessidade dos agricultores se articularem em suas comunidades, na busca pela libertação das amarras do autoritarismo. É desta forma que surgiram as primeiras Escolas Famílias Agrícolas no Brasil, através da mobilização dos sujeitos, cujo princípio é a fundação de uma associação de agricultores, que se tornará, como já explicitado no início, num meio legal para a constituição de uma Escola Família Agrícola. No caso do Espírito Santo, local que sediará o primeiro movimento para a criação de uma EFA no Brasil, as preocupações dos camponeses iam além da questão educativa, como por exemplo a saúde e questões sanitárias, o que evidencia a necessidade de um espaço de diálogo e luta por suas demandas. Por conta disso, criam os comitês locais e depois o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, o MEPES. Dentro deste contexto de ditadura militar, a Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas (AECOFABA) foi fundada em 1979, visando unir todas as associações de EFAs que já existiam no estado. Atualmente o MEPES e a AECOFABA são associações regionais de representação, ou seja, existe uma associação local, que é mantenedora de cada EFA e uma Associação Regional, que congrega todas estas iniciativas de cada estado.

Salientamos o contexto das experiências no Espírito Santo e na Bahia porque estes dois estados serão inspirações para as demais EFAs que surgirão no Brasil e até na América Latina. Importante destacar, também, que as EFAs espalhadas pelo território brasileiro não são homogêneas e desta forma, como resalta Nascimento e Bianchini (2020, p. 128), [...] “foram fundadas com características diferentes, histórias distintas, mas fruto da mobilização social, que conseguiu as articular”. Essa mobilização é o princípio de fundação de uma EFA, é um elemento comum do contexto histórico que as envolvem, desde a França até os dias atuais, já que ela parte da necessidade dos agricultores e agricultoras.

É neste sentido que entendemos o conceito de participação como fundamental neste processo. Afinal, é através dessa ação compartilhada que serão fundadas as associações das escolas, com o objetivo da busca por alternativas para a formação de seus filhos e filhas, já que o período em questão desarticulou os pequenos agricultores, que encontravam pouco ou nada de espaço para pensar e dialogar sobre a sua realidade. Desta forma, a atuação desta comunhão de pessoas e instituições no Espírito Santo e na Bahia fundaram um espaço de participação e resistência dos agricultores à ditadura militar. Isso se dá, pois, ao terem dimensão da sua condição, conforme Freire (1979, p.15) “Os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. É precisamente isto, a ‘práxis humana’, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo” e desta, ao se perceberem como oprimidos, os sujeitos se organizam, através da mobilização de lideranças comunitárias, religiosas e de movimentos sociais, ainda que neste período tenham de se posicionar na informalidade.

Participar, neste sentido, passa a ser uma necessidade para que se possa romper com a opressão, e desta forma, quando os sujeitos compreendem a realidade de forma crítica, conforme Freire (1979, p.20), [...]“as massas populares começam a se procurar e a procurar seu processo histórico. Com a ruptura da sociedade, as massas começam a emergir e esta emergência se traduz numa exigência das massas por participar: é a sua presença no processo”. Assim, os agricultores e agricultoras, inconformados com a ausência da sua cidadania, frente ao período ditatorial, unem-se em prol de suas demandas e fazem desta sua bandeira de luta. É através desta participação que os sujeitos objetivam uma outra educação para seus filhos e filhas, um outro desenvolvimento, local e diverso, que permita a permanência dos jovens no campo, bem como sejam medidas de enfrentamento ao êxodo rural. A perspectiva agrícola também é pauta, através da construção de iniciativas de desenvolvimento rural sustentável e ecológico, por exemplo.

Streck e Adams (2006) apresentam dez lugares de participação que vão se constituindo na América Latina e no Brasil, dentre os quais se encontram as associações e que são parte de um processo de organização autônoma da sociedade. Este fato, no caso das associações locais que ocupam espaços estatais e não estatais, representa uma concepção de conjunto e coletivo, capaz de posicionar-se também politicamente, rompendo, conforme os autores, com o poder homogeneizador da ação coletiva. Este espaço é, no caso da associação das EFAs, um espaço de luta pelo direito à uma educação contextualizada, e só acontece porque os sujeitos, conscientes de seu papel, negam a passividade e a ausência de espaços de diálogo.

As Escolas Famílias Agrícolas são uma realidade no Brasil, encontram-se em expansão pelo território e carregam consigo mais de 50 anos de história, fruto da mobilização e participação popular, na tomada de decisão de um coletivo de pessoas que busca, de forma crítica, ultrapassar as barreiras da ditadura militar para que a educação do campo, através da pedagogia da alternância se faça uma realidade. É através da participação que constituem espaços cujos sujeitos são atores de sua própria história, da educação que acreditam e do mundo que almejam como inédito-viável.

PALAVRAS-CHAVE: Associação Local; Participação; Escola Família Agrícola.

REFERÊNCIAS

BEGNAMI, João Batista. Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias; Dissertação (Mestrado em Ciências da educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e do Diplôme d’Université na Université François Rabelais de Tours). Belo Horizonte, 2003.

CALIARI, Rogério Omar. A presença da família camponesa na Escola Família Agrícola: o caso de Oliviana. Tese. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

FREIRE, Paulo. Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução, Kátia de Mello e Silva; São Paulo; Cortez e Moraes. 1979.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança; Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do; BIANCHINI, Marlon Antonio; Educação com identidade do campo: o surgimento das EFAs no Brasil. *Ágora*, 22(2), 110-130. 2020; Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/15466>.

NOSELLA, Paolo: Origens da pedagogia da alternância no Brasil: 2ª ed. Vitória: EDUFES, 2014.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Lugares de Participação e Formação da cidadania. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* 6, nº195-117. 2006; Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/24/1588>.